

## Residentes não-nacionais em Portugal: Desafios da integração política.

*Isabel Estrada Carvalhais*

1. Na sua condição moderna, Estado e Democracia aprenderam a funcionar num universo de exclusões inegociáveis e arbitrárias. Nesse vasto universo de círculos mutuamente excludentes encontram-se os que opõem cidadãos nacionais a não-nacionais, com os primeiros a terem acesso pleno à cidadania (o que lhes permite por exemplo a participação na esfera política) e os segundos, não obstante o leque considerável de direitos conquistados em muitas sociedades receptoras, a verem-se confinados regra geral à esfera da cidadania social.

A pós-nacionalidade enquanto *princípio de uma lógica comunicacional entre o Estado e a sociedade*, vem ditar uma nova condição – uma condição pós-moderna - à relação entre Estado e sociedade, ao acreditar no *potencial cosmopolita da democracia doméstica*. Nesse sentido, é seu propósito aproximá-la tanto dos ideais cosmopolitas, como torná-la mais coerente com o discurso dos Direitos Humanos enquanto nova pedra angular do discurso pós-moderno de legitimação da acção do Estado. Mas, a pós-nacionalidade assim imaginada implica o desenvolvimento de uma *nova moral* na concepção de *critérios flexíveis e negociáveis de exclusão*. Por outras palavras, implica a eliminação das exclusões arbitrárias concebidas pelo Estado Moderno para a gestão vertical da fidelidade dos seus súbditos, de modo a permitir, por exemplo, o livre acesso de *todos os residentes legais* à esfera das decisões políticas.

Esta insistência no *valor da participação política* para uma vivência plena da cidadania, encontra o seu propósito na negação absoluta que aqui fazemos da cidadania pós-nacional como simples cidadania social. Enquanto esfera superior das decisões colectivas de uma sociedade, e não obstante os discursos dando conta do seu suposto desgaste e até da perda de terreno para outras esferas como o mercado, a *esfera política continua a ser o espaço fundamental em que o sujeito pode encontrar a salvaguarda dos seus restantes direitos*, dado que nenhum deles pode ser jamais visto como definitivo no contexto do capitalismo global. Assim, o argumento segundo o qual os direitos políticos seriam meros instrumentos de luta social historicamente ultrapassados, e sem efeitos práticos relevantes na vivência actual da nossa cidadania, constitui-se como um argumento falacioso que não deverá ser admitido pelo discurso em defesa da cidadania plena dos cidadãos não-nacionais.

Nesta linha de pensamento, faz todo o sentido olhar para um Estado e ver como este equaciona a sua relação com os residentes não-nacionais *também* ao nível político, dado que essa relação pode revelar muito sobre *o grau da sua actual sensibilidade no que se refere à compreensão e promoção de uma lógica pós-nacional*. Sob esta perspectiva, o estudo de sociedades receptoras com longos percursos na implementação de projectos de integração política e social dos seus residentes, poderá parecer o mais estimulante. Porém, não é menos verdade que o estudo de sociedades como a Portuguesa podem nesta matéria revelar-se de grande utilidade académica e científica. De facto, sem que tenhamos eliminado o nosso perfil emigratório (Baganha & Peixoto, 1997), estamos hoje perante um campo virtualmente rico em termos de políticas que poderão ser estimuladas no sentido de uma crescente sintonia entre Portugal como sociedade receptora e a lógica pós-nacional. Simultaneamente, também não somos tão novos quanto o que poderíamos supor no que se refere à recepção de comunidades não-nacionais, o que significa que o estudo da sua integração política (independentemente da expressão real que esta ocupa nas políticas públicas) já deveria ter sido iniciado, sobretudo quanto à forma como a nossa elite política e sociedade lidam com a ideia de abertura da esfera política a essas comunidades. Ora, esse estudo não tem sido feito. O que tem sido feito, e com muito valor, é na óptica da etnicidade enquanto princípio estruturante da participação política dos sujeitos e da percepção que a sociedade faz deles

enquanto actores políticos (e.g. Machado 2001, 1999, 1994<sup>a</sup>), 1994b), 1992). Mas aí, tanto nacionais como não-nacionais podem aparecer juntos, porque são outras as inquietações de fundo. Em paralelo, porque as nossas grandes comunidades de residentes são tradicionalmente lusófonas, tal em nada contribuiu para que se iniciassem análises mais centradas na condição da não-nacionalidade - ou porque o peso da etnicidade é de facto muito grande, tornando nesse contexto algo insignificante e até impraticável a divisão entre nacionais e não-nacionais; ou porque entre essas comunidades se registam já elevadas taxas de naturalização e de nascimentos em Portugal, ou pura e simplesmente, porque a nossa mente colectiva, amparada pelas vicissitudes históricas associadas a *nuances* jurídico-políticas próprias de um contexto colonial, nunca em boa verdade foi capaz de assimilar a condição não-nacional em todos os casos em que esta se justifica. Mas é urgente (e sê-lo há cada vez mais) olhar para a forma como a nossa sociedade lida com a *presença política dos seus residentes não-nacionais*, trazendo os residentes não-nacionais para o estudo que tradicionalmente é feito da cidadania e da relação entre a sociedade e as suas instituições políticas.

2. O que Portugal tem em matéria de direitos políticos para não nacionais é pouco e é recente, pelo que as práticas políticas são neste contexto ainda limitadas. Se acreditarmos que o perfil imigratório do país só surge com os anos 90, então 1997 como ano da consagração dos direitos políticos formais (direito de voto e de eleição ao nível do Poder Local, pela Declaração 2-A/97) e o ano de 1999 como ano de consagração das associações imigrantes como legítimos actores políticos (pela lei 115/99), parecem datas bastante razoáveis. Mas se pensarmos que esse perfil tem o seu embrião mais remoto nos idos anos 60, com a formação das primeiras comunidades luso-africanas na então emergente cintura urbana da grande Lisboa (Esteves, 1991, Malheiros, 1996), então só podemos constatar que tais datas são bem tardias. E se considerarmos que das comunidades lusófonas apenas duas, a brasileira e a cabo-verdiana, têm acesso a direitos políticos formais, então para além de tardias, as consagrações estão também muito longe do que poderia ser visto como sinal promotor de uma lógica pós-nacional. Pode-se assim afirmar que o que existe em matéria de integração política em Portugal não sendo mau, revela todavia o típico compromisso que uma sociedade com uma visão conservadora da sua soberania e da sua identidade colectiva tenta fazer, por um lado, com a evidência da sua pluralidade (e sobretudo com a consagração desta nos discursos de legitimação da acção do estado como valor incontornável), e por outro, com o desejo de erosão mínima do seu paradigma nacional. O que se pode observar – como exemplificarei, no momento da nossa discussão, através de alguns excertos de entrevistas realizadas a vinte e seis actores políticos directamente relacionados com a integração social e política dos não-nacionais em Portugal - não é tanto uma adesão serena e esclarecida há vantagens de uma democracia pós-nacional, mas uma gestão de concessões estreitas aos princípios da pós-nacionalidade a bem da aparência da coesão social.

Um aspecto em particular ressalta dessas entrevistas e que consiste na interpretação feita por parte da nossa elite política sobre a relação entre cidadania política e cidadania social, com uma clara tendência para separar direitos políticos e sociais e para os conceber numa ordem sequencial, um pouco na linha clássica de Marshall, mas invertida. Lógica que todavia não encontrei junto das associações de imigrantes, das organizações não-governamentais, das associações de defesa dos direitos humanos, e dos departamentos sindicais que lidam mais de perto com a realidade dos não-nacionais. Sabemos no entanto que esta visão, a de uma cidadania total de direitos interligados, é também ela uma visão de elite, não se podendo esperar que pessoas absorvidas pela dura realidade do dia-a-dia, percebam o óbvio das suas vantagens. Daí que seja responsabilidade de *todos* os actores políticos, a promoção desta leitura muito mais completa sobre o que é a cidadania e o que é ser-se plenamente cidadão. Acontece que essa mensagem é uma subversão à lógica de dominação que tradicionalmente sustenta a relação de poder do Estado com a sociedade. É

por isso uma mensagem que custa a ser admitida pelo Estado quando a este se pede que reveja a pertinência moral de princípios como o da *reciprocidade* plasmado no artigo 15 da nossa Constituição, e que claramente revelam o enfeudamento da nossa esfera política.

Nesta parte da discussão focarei em especial as opiniões que os actores políticos entrevistados revelaram sobre os seguintes tópicos:

1. Participação política dos residentes lusófonos não-nacionais e das suas associações de imigrantes na esfera pública.
2. Obstáculos específicos à participação política dos residentes lusófonos não-nacionais
3. Tratamento legal dos residentes não-nacionais em material de direitos políticos.
4. Sensibilidade portuguesa à ideia de integração política de não-nacionais.
5. Cidadãos não-nacionais nas eleições autárquicas de 2001.
6. Ideias prospectivas e normativas quanto ao futuro da integração política de não-nacionais.

3. Sendo certo que uma sociedade não é necessariamente melhor representada pelo facto dos partidos serem espelhos da sua diversidade étnica e cultural, a verdade é que daqui também não se pode deduzir como benéfico para a democracia que os partidos se devam manter como estruturas altamente selectivas na composição do seu perfil. Por outras palavras, não basta adoptar discursos apelativos do ponto de vista da diversidade étnica e multinacional, como forma de alargar o campo eleitoral. Nem recrutar iscos eleitorais para lugares inelegíveis nas listas de candidatura aos momentos eleitorais, dando a aparência de um ecumenismo afinal inconsequente nas práticas dos partidos enquanto governos e enquanto oposições, e inexistente nas próprias práticas de gestão interna dos mesmos.

Paralelamente, olhando para os baixos índices de receptividade à política por parte dos não-nacionais, não podemos esquecer que os seus comportamentos políticos quer como votantes, quer como candidatos, se por um lado reflectem uma série de factores inerentes à sua condição de ‘estrangeiro’, por outro, mostram que não estão imunes ao contexto atitudinal global da sociedade em que se inserem. Quando olhamos para os apenas 15% de luso-africanos não-nacionais recenseados até Julho de 2001, encontramos um leque de possíveis explicações, (que procurarei apresentar), não necessariamente iguais às que explicam os 10,6% de recenseados entre as comunidades de cidadãos da União Europeia. Mas em todas essas explicações, há com certeza uma que encontra a sua razão de ser no facto de esta ser uma sociedade que tradicionalmente não privilegia a participação política interessada e activa do indivíduo. E nesse sentido, o que às elites políticas compete, diz respeito tanto aos cidadãos não-nacionais como aos nacionais. Efectivamente, se as taxas de recenseamento eleitoral podem ser um espelho mais ou menos simplificado de um universo atitudinal próprio das populações não-nacionais em relação à política e ao exercício da cidadania em geral, e à política portuguesa em particular; já os apenas *cinco* cidadãos não-nacionais eleitos para cargos no Poder Local nas eleições de 2001, estão muito mais relacionados com a interpretação que os partidos políticos fazem desde logo do valor político dos não-nacionais na vida pública portuguesa, e da necessidade que é para a própria democracia chamá-los a papéis mais activos na sociedade receptora.

Em simultâneo, nesse processo de reavaliação que os partidos e demais actores políticos deverão fazer sobre a relação que desejam com agentes menos convencionais da esfera política, é fundamental que aqueles se munam de um conhecimento teórico e técnico competente, sério, e aprofundado sobre as realidades que têm diante dos olhos. Falar em políticas de imigração e de integração como se de um só conceito se tratasse; fazer uma equação simples entre gestão de entradas e sucessos de integração futura; confundir as questões e os tempos, as linguagens e os objectivos próprios do universo da recepção, do acolhimento e da integração das pessoas, não pode dar bons frutos. Assim como não pode

dar bons frutos a sistemática confusão entre questões de etnicidade e questões de imigração e de não-nacionalidade. Os não-nacionais, regra geral, acabam por constituir-se em comunidades etnicamente distintas das da sociedade receptora, mas é conceptualmente errado analisá-las apenas pela perspectiva dessa condição. Paralelamente, as comunidades étnicas não entram nas sociedades receptoras constituindo-se já como minorias étnicas; elas são antes política, cultural e socialmente recriadas como minorias pela sociedade local. Não é um processo unívoco - nunca o é, mas nele a sociedade local, estimulada pelos valores e princípios que vê revelarem-se nos comportamentos da elite política, tem sem dúvida um papel preponderante ou na aceitação dos cidadãos não-nacionais como cidadãos plenos, ou na sua estigmatização como membros étnicos de comunidades distintas e distantes.

Em resumo, independentemente da responsabilidade da sociedade civil na pessoa de cada um de nós, cabe essencialmente ao Estado e à elite política um esforço na promoção da lógica pós-nacional. Isto implica redefinir o valor que se atribui à presença dos não-nacionais, e nessa redefinição não há lugar para meios-termos quanto à forma como podem viver democraticamente a sua cidadania social e política.

Apêndices (quadros de referência)

### **Bibliografia associada:**

- ABBERBACH, Joel D. and ROCKMAN, B.A. 2002. 'Conducting and Coding Interviews'. *Political Science and Politics* 35 (4): 673-76.
- CHESNEY, J.D. and ROCKMAN, B.A. 1975. 'Exploring Elite Political Attitudes: some methodological questions'. *Political Methodology* 2: 1-27.
- ADCOCK, R. and COLLIER, D. (2001). 'Measurement Validity: a shared standard for qualitative and quantitative research.' *American Political Science Review* 95 (3): 529-46.
- ALBUQUERQUE, R., FERREIRA, L.E. and VIEGAS, T. 2000. *O Fenómeno Associativo em Contexto Imigratório*. Oeiras: Celta.
- ANDERSON, B. 1991 (2<sup>nd</sup> ed.). *Imagined Communities*. London: Verso. [first published in 1983].
- BAGANHA, M.I., and GÓIS, P. 1999. 'Migrações Internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos'. *Revista Crítica de Ciências Sociais*: 229-280.
- and PEIXOTO, J. 1997. 'Trends in the 90's: the Portuguese Migratory Experience'. In Baganha, M.I. (ed.) *Immigration in Southern Europe*. Oeiras: Celta Editora: 15-40.
1996. 'Immigrant Insertion'. *Sociologia: problemas e práticas* 16: 187-192.
- BAUBOCK, R. and RUNDELL, J. (eds.) 1998. *Blurred Boundaries: migration, ethnicity, citizenship*. Aldershot: Ashgate.
- A.H. and ZOLBERG, A.R. (eds.) 1996. *The Challenge of Diversity- Integration and Pluralism of Immigration*. Aldershot: Avebury.
1994. *Transnational Citizenship*. Aldershot: Avebury.
- BERRY, J.M. 2002. 'Validity and Reliability Issues in Elite Interviewing'. *Political Science and Politics* 35 (4): 679-682.
- BLACK, J.A. and CHAMPION, D.J. 1976. *Methods and Issues in Social research*. New York: John Wiley & Sons.
- BLANCHET, A. and GOTMAN, A. 1992. *L'Enquête et ses Méthodes: L'entretien*. Paris: Nathan.
- BOTTOMORE, T. 1993. *Political Sociology*. London: Pluto Press.

- BOURQUE, L.B. and FIELDER, E.P. 1995. *How to conduct self-administered and mail surveys*. London: Sage.
- BURGESS, R.G., et al. 1999. 'Four studies from one or one study from four?'. In Bryman, A. and Burgess, R.G. (ed.) *Analysing qualitative data*. London: Routledge: 129-145 [first edited in 1994].
- BURTON, D. 2000. *Research Training for Social Scientists*. London: Sage.
- CABRAL, M.V. 2000. 'O Exercício da Cidadania Política em Portugal'. In Cabral, M.V., Vala, J. and Freire, A. *Atitudes Sociais dos Portugueses – Trabalho e Cidadania (1)*. Lisboa: ICS: 123-159.
1997. *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*. Oeiras: Celta.
- CARENS, J.H. 1989. 'Membership and Morality'. In Brubaker, W.R. (ed.) *Immigration and the Politics of Citizenship*. Boston: University Press of America and the German Marshall Fund: 31-49.
- CARVALHAIS, I.E. 2004. *Os Desafios da Cidadania Pós-Nacional*. Porto: Afrontamento. (to be published).
2003. 'Toward Postantional Citizenship within the State-Society Relation – the dynamics of political integration of non-national residents in Portugal'. Ph.D Thesis. University of Warwick, Faculty of Social Sciences, Department of Sociology.
1998. 'A Cooperação Portugal-África ou «Ça n'est pas une Pipe».' Univerity of Minho/IEEI, Seminar, March.
- CASTLES, S. 1989. *Here for Good – western Europe's new ethnic minorities*. London: Pluto Press.
- CHRISTIANS, C.G. 2000. 'Ethics and Politics in Qualitative Research.' In Denzin, N.K., and Lincoln, Y.S. (eds.) *Handbook of Qualitative Research*. London: Sage: 133-155.
- CONTADOR, A.C. 1998 'Consciência de Geração e Etnicidade: da Segunda geração aos novos Luso-Africanos'. *Sociologia: problemas e práticas* 26: 57-83.
- DAVIDSON, A. 2000. 'Fractured Identities: citizenship in a global world'. In Vasta, E. *Citizenship, Community and Democracy*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire, London: MacMillan Press: 10-19.
- DENZIN, N. and LINCOLN, Y.S. (eds.) 2000. *Handbook of Qualitative Research*. London, Thousand Oaks CA: Sage.
- DE VAUS, D.A. 1991. (3rd ed.) *Survey in Social Research*. London: UCL.
- DEXTER, L. A. 1970. *Elite and Specialized Interviewing*. Evanston: Northwestern University Press.
- DOWER, N. 2003. *An Introduction to Global Citizenship*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- DUNKERLEY, D. et al. 2002. *Changing Europe: Identities, Nations and Citizens*. London, New York: Routledge.
- ESTEVES, M.C. (ed.) 1991. *Portugal, País de Imigração*. Lisboa: IED.
- FAVELL, A. 2001 (3rd ed.). *Philosophies of Integration: Immigration and the Idea of Citizenship in France and Britain*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire, New York: Palgrave.
- Feldblum, M. 1999. *Reconstructing Citizenship. The Politics of Nationality Reform and Immigration in Contemporary France*. Albany: State University of New York Press.

1998. 'Reconfiguring Citizenship in Western Europe'. In Joppke, C. (ed.) *Challenge to the Nation – State: Immigration in Western Europe and the United States*. Oxford: Oxford University Press: 231-270.
- Fontana, A. and Frey, J.H. 2000. 'The interview: from structured questions to negotiated text'. In Denzin, N.K., and Lincoln, Y.S. (eds.) *Handbook of Qualitative Research*. London: Sage: 645-72.
- Fortes, B. G. 2003. 'Elites parlamentares de Espanha e de Portugal – estrutura de oportunidades, formas e efeitos de recrutamento'. In Pinto, A. and Freire, A. (org.) *Elites, Sociedade e Mudança Política*. Oeiras: Celta: 217-248.
- FRANÇA, L. 1992. *A Comunidade Cabo-Verdiana em Portugal*. Lisboa: IED.
- FREIRE, A. 2002. 'Realinhamentos Eleitorais, 1983-1999: estruturas sociais, economia e voto partidário'. *Análise Social* 162: 102-118.
- et al. 2002. *O Parlamento Português: uma reforma necessária*. Lisboa: ICS.
2001. *Mudança Eleitoral em Portugal: Clivagens, Economia e Voto em Eleições Legislativas, 1983-1999*. Oeiras: Celta.
2000. 'Participação e Abstenção nas eleições legislativas portuguesas, 1975-1995'. *Análise Social* 154/155: 115-45.
- GUIRODON, V. 1998. 'Citizenship rights for non-citizens: France, Germany, and the Netherlands'. In Joppke, C. (ed.) *Challenge to the Nation-State: Immigration in Western Europe and the United States*. Oxford: Oxford University Press: 272-318.
- GUNTHER, R, MONTERO, J. and LINZ, J. 2002. *Political Parties – old concepts and new challenges*. Oxford: OUP.
- and MONTERO, J. 2001. *Parties, Politics and Democracy in Southern Europe*. Baltimore: The John Hopkins University.
- HABERMAS, J. 2001. *The Postnational Constellation*. Cambridge: MIT Press.
1997. *Mas allá del Estado nacional*. Madrid: Editorial Trotta.
1994. 'Citizenship and National Identity'. In Steenbergen, B. (ed.) *The Condition of Citizenship*. London, Thousand Oaks, New Dehli, Sage: 20-35.
- HAMMAR, T. 1990. *Democracy and the Nation-state*. Aldershot: Avebury.
- HEIMER, F.W, Vala, J. and Viegas, J.M.L. 1990. 'Padrões de cultura política em Portugal: atitudes em relação à democracia'. *Análise Social* 25 (105-106): 31-56.
- JONES, S. 1985. 'The analysis of depth interviews'. In Walker, R. (ed.) *Applied Qualitative Research*. Aldershot: Hants, Gower: 56-70.
- JOPPKE, C. (ed.) 1998. *Challenge to the Nation-State: Immigration in Western Europe and the United States*. Oxford: Oxford University Press.
- KALB, D. et al. (eds.) 2000. *The Ends of Globalization*. Lanham, Boulder, New York, Oxford: Rowman & Littlefield Publishers.
- KENT, G. 2000. 'Ethical Principles'. In Burton, D. *Research Training for Social Scientists*. London: Sage: 61-7.
- KING, G., KEOHANE, R.O. and VERBA, S. 1994. *Designing Social Inquiry*. New Jersey. Princeton University Press.
- KING, R. (ed.) 1993. *The New Geography of European Migrations*. London: Belhaven Press.
- KLINGEMANN, H.D. and FUCHS, D. (eds.) 1995. *Citizens and the State*. Oxford, N. Y.: Oxford University Press.

- LEECH, Beth L. 2002. 'Asking questions: techniques for semistructured interviews'. *Political Science and Politics* 35 (4): 665-8.
- LEHNING, Percy B., WEALE, A. (eds.) 1997. *Citizenship, Democracy and Justice in the New Europe*. London: Routledge.
- LOBO, M.C. 2003. 'A elite partidária em Portugal, 1976-2002, dirigentes, deputados e membros do governo.' In Pinto, A. and Freire, A. (org.) *Elites, Sociedade e Mudança Política*. Oeiras: Celta: 249-275.
- MACHADO, F.L. 2001. 'Contextos e Percepções de Racismo no Quotidiano'. *Sociologia: problemas e práticas* 36: 53-80.
1999. 'Imigrantes e estrutura Social'. *Sociologia: problemas e práticas* 29: 51-76.
- 1994a). 'Luso-Africanos em Portugal: nas margens da etnicidade'. *Sociologia: problemas e práticas* 16: 111-34.
- 1994b). 'Imigração, etnicidade e minorias étnicas em Portugal'. *Sociologia: problemas e práticas* 16: 187-92.
1993. 'Etnicidade em Portugal: o grau zero da politização'. In Silva, M.B.N. et al. *Emigração /Imigração em Portugal*, Lisboa: Fragmentos: 407-14.
1992. 'Etnicidade em Portugal: contrastes e politização'. *Sociologia: problemas e práticas* 12: 123-126.
- MAGONE, J. 2000. 'The political recruitment and elite transformation in modern Portugal 1870-1999: the late arrival of mass representation'. In Best, H. and Cotta, M. *Parliamentary representativeness in Europe, 1840-2000*. Oxford: Oxford University Press: 341-70.
- MALHEIROS, J. M. 1996. *Imigrantes na região de Lisboa: os anos da mudança: imigração e processo de integração das comunidades de origem indiana*. Lisboa: Colibri.
- MCGEE, C. 1999. 'Researchers and gatekeepers: no common ground?'. In Broad, B. *The Politics of Social Work, Research and Evaluation*. Birmingham: Venture press: 45-58.
- MORLINO, L. 1998. *Democracy between consolidation and crisis: parties, groups, and citizens in Southern Europe*. Oxford: University Press.
- PINTO, A. and FREIRE, A. (org.) 2003. *Elites, Sociedade e Mudança Política*. Oeiras: Celta.
- PINTO, A. and ALEXANDRE, V. (eds.) 2000. *Portugal Contemporâneo*. Madrid: Sequitur.
- PIRES, R.P. 1993. 'Immigration in Portugal. A Typology Essay'. In Rocha-Trindade, M.B. (ed.) *Recent Migration Trends in Europe*. Lisboa, Universidade Aberta/IED: 179-194.
- PUNCH, M. 1986. *The Politics and Ethics of Fieldwork*. Series Qualitative Research Methods 3.
- RIVERA, S.W., KOZYREVA, P. and SAROVSKII, E. 2002. 'Interviewing Political Elites: Lessons from Russia'. *Political Science and Politics* 35 (4): 683-88.
- ROCHA-TRINDADE, M.B. (ed.) 1993. *Recent Migration Trends in Europe*. Lisboa: Universidade Aberta/IED.
- RYBACZUK, K. 1993. 'Southern Europe and the International Division of Labour: from emigration to immigration'. In King, R. (ed.) *The New Geography of European Migrations*. London: Belhaven Press: 175-206.
- SCOBAY, D. 2001. 'The Spectre of Citizenship'. *Citizenship Studies* 5 (1): 11-26.
- SERRAS, J. 2000. *Constituição da República Portuguesa e revisões*. Lisboa: Júlio Serras Eds.
- SOBRAL, J.M. 2003. 'A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português'. *Análise Social* 165: 1093-1126.

- SOS Racismo. 2002. *A Imigração em Portugal: os movimentos humanos e culturais em Portugal*. Lisboa: SOS Racismo.
- SOYSAL, Y.N. 1994. *Limits of Citizenship, Migrants and Postnational Membership in Europe*. Chicago: The University of Chicago.
- STEENBERGEN, B. 1994. *The Condition of Citizenship*. London: Sage.
- TAMBINI, D. 2001. 'Post-national Citizenship'. *Ethnic and Racial Studies* 24 (2): 195-217.
- THALHAMMER, E. et al. 2001. *Attitudes towards minority groups in the European Union. A special analysis of the Eurobarometre on behalf of the European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia*. Austria: SORA.
- TOPF, R. 1995. 'Beyond Electoral Participation'. In Klingemann, H.D. and Fuchs, D. (eds.) *Citizens and the State*. Oxford, N. Y.: Oxford University Press: 52-91.
- VALA, J. (org.) 1999a). *Novos Racismos: perspectivas Comparadas*. Oeiras: Celta.
- BRITO, R. and LOPES, D. 1999b). *Expressões dos Racismos em Portugal*. Lisboa: ICS.
1997. 'Representações sociais e percepções intergrupais'. *Análise Social* 140: 7-29.
- WEISS, L. 1998. *The Myth of the Powerless State – governing the economy in a global era*. Cambridge: Polity Press.
- WOLIVER, L. R. 2002. 'Ethical Dilemmas in Personal Interviewing'. In *Political Science and Politics* 35 (4): 677-678.
- WRIGHT, A. 'Reinventing Democracy?'. In Hirst, P. and Khilnani, S. (eds.) *Reinventing Democracy*. Cambridge: Blackwell Publishers: 7-19.
- YOUNG, I.M. 2000. *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press.
- ZOLBERG, A. 1996. 'International Migrations in Political Perspective'. In Kritz, Mary M. et al. *Global trends in migration: theory and research on international population movements*. Staten Island, N.Y: Centre for Migration Studies:1-27.